ISSN 0103-9865 Fevereiro, 2004

Agricultura Familiar e Planejamento Participativo para o Desenvolvimento do Assentamento Nilson Campos, Jacy- Paraná, Porto Velho - Rondônia



ISSN 0103-9865 Fevereiro, 2004



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Documentos 87

Agricultura familiar e planejamento participativo para o desenvolvimento do Assentamento Nilson Campos, Jacy- Paraná, Porto Velho - Rondônia

Vânia Beatriz V. de Oliveira Marília Locatelli Francisco das Chagas Leônidas Ricardo Gomes de Araújo Pereira Calixto Rosa Neto Zenildo Ferreira Holanda Filho Dorila Silva de O. Mota Gonzaga Iraque Moura de Medeiros José Israel Siqueira de Lima Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Rondônia

BR 364 km 5,5, Caixa Postal 406, CEP 78900-970, Porto Velho, RO Telefones: (69) 222-0014/8489, 225-9386, Fax: (69) 222-0409 www.cpafro.embrapa.br

Comitê de Publicações

Presidente: Vanda Gorete Souza Rodrigues

Secretária: Marly de Souza Medeiros

Membros:

Flávio de França Souza José Nilton Medeiros Costa Luiz Carlos Coelho de Menezes Newton de Lucena Costa Maria das Graças Rodrigues Ferreira Marília Locatelli Rogério Sebastião Corrêa da Costa

Normalização: Alexandre César Silva Marinho Editoração eletrônica: Marly de Souza Medeiros Revisão gramatical: Wilma Inês de França Araújo

1ª edição

1ª impressão (2004): 200 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

CIP-Brasil. Catalogação-na-publicação. Embrapa Rondônia

Agricultura familiar e planejamento participativo para o desenvolvimento do Assentamento Nilson Campo, Jacy-Paraná, Porto Velho, Rondônia / Vânia Beatriz V. de Oliveira... [et al.]. - Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004.

41 p. il. (Documentos / Embrapa Rondonia, ISSN 0103-9865; 87).

1. Agricultura familiar - Planejamento participativo - Rondônia. I. Vânia Beatriz V. de Oliveira. II. Série.

CDD 3	46
-------	----

Autores

Vânia Beatriz V. de Oliveira

Com. Social, M.Sc., Embrapa Rondônia, Caixa Postal 406,

CEP 78900-970, Porto Velho, RO. E-mail: vania@cpafro.embrapa.br.

Marília Locatelli

Eng. Florestal, Ph.D., Embrapa Rondônia. E-mail: marilia@cpafro.embrapa.br.

Francisco das Chagas Leônidas

Eng. Agrôn., M.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: leonidas@cpafro.embrapa.br.

Ricardo Gomes de Araújo Pereira

Zootecnista, M.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: ricardo@cpafro.embrapa.br.

Calixto Rosa Neto

Adm. Empresa, M.Sc., Embrapa Rondônia E-mail: calixto@cpafro.embrapa.br.

Zenildo Ferreira Holanda Filho

Eng. Agrôn., B.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: zenildo@cpafro.embrapa.br.

Dorila Silva de O. Mota Gonzaga

Eng. Agrôn., B.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: dorila@cpafro.embrapa.br.

Iraque Moura de Medeiros

Geógrafo, B.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: iraque@cpafro.embrapa.br.

José Israel Siqueira de Lima

Geógrafo, B.Sc., Embrapa Rondônia. E-mail: israel@cpafro.embrapa.br.

Apresentação

Este trabalho relata o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento (PDSA) do PA Nilson Campos, no período de outubro de 2001 a março de 2002, por meio de um convênio de cooperação técnica entre o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a Fetagro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Rondônia), com a interveniência executiva da Embrapa Rondônia.

O principal objetivo da elaboração do PDSA foi definir as ações estratégicas a serem empreendidas para o desenvolvimento do projeto de assentamento, criado em outubro de 2000. Para isso, foi efetuado um estudo da realidade, onde se buscou a participação dos assentados, na identificação e análise dos fatores potenciais e restritivos ao desenvolvimento do assentamento.

Este trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira a metodologia utilizada no estudo, descrevendo os passos do diagnóstico e planejamento participativo. Na segunda, relatou-se os resultados do diagnóstico da realidade do assentamento, com uma descrição e análise da sustentabilidade, em suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Finalmente, apresentou-se uma síntese das potencialidades e limitações, a descrição dos programas e projetos propostos, e suas prioridades.

Destacamos o apoio recebido dos técnicos da Superintendência Regional do INCRA. Agradecemos aos agricultores assentados, professores e colaboradores da Escola Municipal Menino Jesus e aos representantes da Associação dos Produtores Rurais de Jacy-Paraná (Arjap) e da Associação dos Produtores Rurais do Ramal 31 de Março (Aprul), pela receptividade encontrada no trabalho de campo.

Sumário

Introdução	9
Procedimentos metodológicos e operacionais	10
O diagnóstico	11
Visitas e entrevistas nas propriedades	12
Diagnóstico do Assentamento Nilson Campos	12
Informações gerais do assentamento	12
Localização e acesso	
Confrontações	
Histórico do assentamento	
A origem das famílias	
Situação fundiária	
Relevo e solos	
Recursos hídricos	
Vegetação e fauna	
População e organização social	
Organização social e espacial	
Associações	
Cultura, religião e lazer	
Serviços de apoio à produção	
Patrimônio produtivo	
Sistemas produtivos	
Relações de trabalho, ocupação da mão-de-obra e renda dos assentados	25
Comercialização e abastecimento	26
Políticas públicas, infra-estrutura e serviços sociais básicos	27
EducaçãoSaúde e saneamento	

Habitação	29
Eletrificação	29
Meios de comunicação	29
Transportes	30
Potencialidades, limitações e condicionantes	31
Potencialidades e limitações da dimensão geoambiental	31
Potencialidades e limitações da dimensão econômico-social e político-institucional	
Programa de desenvolvimento sustentável do assentamento	32
Considerações finais	34
Referências bibliográficas	35
Anexos	

Agricultura familiar e planejamento participativo para o desenvolvimento do Assentamento Nilson Campos, Jacy Paraná, Porto Velho - Rondônia

Vânia Beatriz V. de Oliveira Marília Locatelli Francisco das Chagas Leônidas Ricardo Gomes de Araújo Pereira Calixto Rosa Neto Zenildo Ferreira Holanda Filho Dorila Silva de O. Mota Gonzaga Iraque Moura de Medeiros José Israel Sigueira de Lima

Introdução

A criação de novos assentamentos e a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Os números cada vez mais crescentes de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade.

Na proposta técnica de elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento, foram levados em consideração os conceitos e a importância da agricultura familiar, diante das inúmeras interpretações e propostas, suscitadas em debates por diferentes entidades representativas dos "pequenos agricultores", por teóricos que estudam a área rural e por técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Resultados de estudos baseados na metodologia de análise-diagnóstico dos sistemas agrários, desenvolvido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO (UFT/BRA/036/BRA) desde 1994 (FAO/Incra...1996), indicam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão da terras, à disponibilidade de infra-estrutura etc. Daí a importância de aprofundar o conhecimento da realidade agrária dos assentamentos recém-criados, de modo a permitir melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, assim como dos sistemas de produção a serem adotados e incorporar de de forma efetiva e ágil tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas para o desenvolvimento local (Romano & Petersen, 1999).

A preocupação crescente com a crise ambiental decorrente da utilização indiscriminada dos recursos naturais aponta para a necessidade da criação de um modelo de desenvolvimento local sustentável para os assentamentos da reforma agrária, com a participação ativa dos agricultores familiares e suas organizações. As experiências de sucesso na promoção do desenvolvimento sustentável no País têm se caracterizado pela abordagem participativa e pelo enfoque local.

A elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária faz parte das ações do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. A Política de Desenvolvimento Rural - lançada em outubro de 1999, com a instalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - está constituída por diretrizes, objetivos e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura -Pronaf Planta Brasil, cuja premissa básica é o desenvolvimento sustentável.

Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento (PA) Nilson Campos, como um instrumento de gestão do desenvolvimento local sustentável, foi o desafio aceito pela Embrapa Rondônia, que tem dentre seus objetivos "viabilizar soluções tecnológicas que contribuam para a diminuição dos desequilíbrios sociais, com ênfase na promoção socioeconômica das comunidades dos assentamentos de reforma agrária" (Embrapa, 2000).

Sustentabilidade, participação, visão sistêmica e integração dos assentamentos com os municípios, são os pressupostos orientadores da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Nilson Campos. Participação e sustentabilidade são princípios que estão expressos nas formulações teóricas que embasam as propostas de planejamento do desenvolvimento local sustentável, no qual se insere o desenvolvimento dos assentamentos. Ao incorporar a idéia de sustentabilidade na formulação da política de desenvolvimento local, busca-se adotar elementos que sejam capazes de implementar um processo de desenvolvimento em bases mais duradouras.

O Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos, elaborado pelo Incra, propõe, em sua estratégia operacional, o envolvimento das famílias assentadas, organizações não-governamentais, governos municipais e estaduais na execução de diversas ações, dentre elas, o "aperfeiçoamento e intensificação dos trabalhos de elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento dos assentamentos (PDA's)" (Plano..., 1998).

Para a realização do diagnóstico do assentamento, se trabalhou sob a perspectiva de dimensões da sustentabilidade, que compreendem os aspectos social, econômico, ambiental, político institucional e cultural. Na perspectiva do desenvolvimento local, tomou-se o assentamento articulado em dois níveis, o do desenvolvimento distrital (Jacy-Paraná) e municipal (Porto Velho). Assim, ao tomar a sustentabilidade e a participação como princípios, torna-se imprescindível, neste processo de desenvolvimento dos assentamentos, além do acesso à terra, um plano que possibilite a permanência e reprodução econômica e social do assentado.

Procedimentos metodológicos e operacionais

Na elaboração do PDSA Nilson Campos, foram adotados diversos procedimentos metodológicos e operacionais, que podem ser descritos em três blocos de atividades: as Ações Preparatórias, o Diagnóstico e a Elaboração do PDSA.

O convênio de cooperação foi assinado em outubro de 2001, envolvendo o Incra, Fetagro e Embrapa. No trabalho de campo, foram realizadas as seguintes atividades: três seminários técnicos, visitas a propriedades, 45 entrevistas semi-estruturadas, observações sensoriais, reunião com lideranças e um curso sobre Manejo e Conservação de Solos.

Nas ações preparatórias foram desenvolvidas as atividades de levantamento de dados secundários, formação e capacitação da equipe, elaboração da proposta técnica, e prédiagnóstico.

O levantamento de dados secundários consistiu em consultas bibliográficas, entrevistas com técnicos de instituições afins e lideranças da comunidade. Foram obtidas informações nos registros do projeto de criação oficial do assentamento (No. 54300.002852/00-12), bem como por meio de consultas à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência de Pesquisa dos Recursos Minerais (CPRM) e Incra.

Os subsídios orientadores do trabalho foram elaborados por consultores do Programa de Cooperação Técnica IICA/Incra, um roteiro que oferece base técnica, conceitual e metodológica para o trabalho de apoio e assistência técnica no planejamento dos assentamentos de reforma agrária que evidenciam os seguintes pressupostos metodológicos: sustentabilidade, participação, visão sistêmica e integração dos assentamentos com os municípios (Adib & Ferreira Filho, 1999; Buarque, 1999).

A equipe técnica da Embrapa foi constituída por pesquisadores e técnicos das diversas áreas de conhecimento. Membros da equipe participaram da Oficina de Capacitação para a elaboração do PDSA, ministrada por consultores do IICA, com o objetivo de orientar e exercitar a metodologia a ser desenvolvida e o roteiro básico a ser seguido pelas equipes.

A partir dos dados secundários, a equipe definiu a dimensão do estudo e das áreas a serem estudadas, incluindo a determinação da amostra, a elaboração dos questionários da pesquisa de campo e reuniões de trabalho com os técnicos que apoiaram as atividades de teste e ajuste dos instrumentos de coleta de dados no campo. Outras informações foram obtidas nas entrevistas coletivas com os assentados e em entrevistas informais com outras pessoas envolvidas com a comunidade, como os presidentes das associações, professores da escola

O diagnóstico

Foram realizados dois seminários, denominados "Planejamento Participativo e o Desenvolvimento Sustentável em Área de Assentamento" (Seminário I e Seminário II), visita a propriedades e entrevistas com 45 assentados. A equipe para as visitas e entrevistas foi formada por dois pesquisadores e quatro técnicos da Embrapa. Além disso, parte da equipe ministrou, em dezembro de 2001, um curso sobre Manejo e Conservação de Solos, no qual se discutiu os problemas identificados sobre o tema da sustentabilidade ambiental.

A partir das informações obtidas nessas atividades, elaborou-se uma listagem de potencialidades e limitações em cada dimensão da sustentabilidade e a sua priorização a partir da matriz de relevância dos problemas diagnosticados, que evidenciaram as principais dinâmicas do assentamento e serviram para definir as estratégias que nortearam os projetos propostos.

O Seminário I, foi realizado em 24/10/01, com 69 participantes, e o objetivo foi promover a discussão inicial sobre o PDSA, abordando os seguintes assuntos: Planejamento Participativo: como e porque fazer?; Metodologia de Elaboração do Plano, Desenvolvimento Sustentável do Assentamento e Diagnóstico da Comunidade.

O Seminário II, realizado em 7/11/2001, contou com a participação de 53 assentados, e o objetivo do evento foi obter as informações necessárias à identificação das potencialidades e limitações do assentamento, visando fortalecer de forma sustentável o desenvolvimento ambiental e econômico-social.

Visitas e entrevistas nas propriedades

A equipe realizou *in loco*, no período de 3 a 5 de dezembro de 2001, o levantamento de informações sobre as famílias assentadas e seus anseios quanto à promoção do desenvolvimento local. Foram entrevistadas 45 pessoas (Tabela 1) sendo a maioria dos informantes, o beneficiário titular, na ausência deste foram entrevistados os cônjuges e empregados. A seleção desta amostra considerou a gleba em que estão assentados e o número de 126 beneficiários, constantes da Relação de Beneficiários (RB) fornecida pelo Incra em 23/11/2001.

Tabela 1. Situação das pessoas entrevistadas.

Situação dos entrevistados	N	%
Beneficiário assentado	33	73
Familiar do bneficiário	9	20
Empregado do beneficiário	3	7
Soma	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

O Seminário III "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento", foi realizado em 22 /03/2002, com a participação de 46 assentados. O evento teve por objetivo a discussão dos dados do diagnóstico, a definição dos programas e projetos para o assentamento e suas respectivas prioridades. Uma das dinâmicas empregadas nesse evento, foi a construção coletiva de uma "fotografia" do assentamento, a partir da visão dos assentados, envolvendo todos os participantes inclusive as crianças e adolescentes (Fig.1)



Fig. 1. Construção coletiva da "fotografia" do assentamento.

Por meio de todas essas técnicas se obteve uma visão de conjunto do PA, envolvendo os assentados e técnicos da comunidade, desenvolvendo uma dinâmica local de reflexão e de discussão sobre os problemas da comunidade e identificação de oportunidades. Através das palestras apresentadas e das dinâmicas de grupo empregadas, foi possível o estabelecimento de um diálogo sobre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade; análise da situação atual e situação desejada para o assentamento e o papel dos

assentados, da Fetagro, do Incra e da Embrapa Rondônia no trabalho que estava sendo realizado, cujo produto seria a elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento.

Diagnóstico do Assentamento Nilson Campos

Informações gerais do assentamento

Denominação do Imóvel	Gleba Capitão Sílvio
Código SIPRA	0123000
Data de Criação	27/10/2000
Área total	12.100,0000

Área Reserva Legal	6.050,0000
Área Parcelada	5.900,000h
	84.200m2
Capacidade do imóvel	
Número de famílias atual	
Arrecadação da Gleba	.CE/RO - N. 08, Matrícula No. 13.568, livro 2/Az,
Fls 21 v/22, datada de 03/06/1982, total de	área 550.914,0000 hectares.

No mapa em que foram esboçados os serviços de medição e demarcação topográfica, realizado em maio de 2001, identifica-se 195 lotes, distribuídos em quatro glebas (Fig. 2).

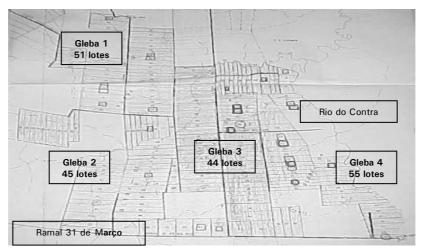


Fig. 2. Mapa do assentamento com a localização das Glebas 1, 2, 3 e 4.

Localização e acesso

O PA Nilson Campos está inserido na gleba Capitão Sílvio, localizada ao norte do Estado de Rondônia, no Município de Porto Velho, a 101 km da capital (Fig. 3). As vias de acesso ao assentamento a partir da BR-364, são as Linhas 101 e 105 que estão distantes do distrito de Jacy-Paraná, a 11 e 15 km, respectivamente. A partir do início da Linha 101, percorre-se cerca de 13 km até a escola e 21 km até o Ramal 31 de Março. Os moradores da Gleba 4, Travessão do Contra, têm acesso pelo Rio do Contra.

Confrontações

Norte: Glebas 03 e 01 , Gleba Cap. Sílvio - Fig. 01.

Sul: Terras de domínio da União Federal.

Leste: TD/Carmem, TD/ União de Baixo e Rio São Francisco.

Oeste: Terras de domínio da União Federal .

Histórico do assentamento

Segundo relato dos pioneiros, a área do assentamento foi inicialmente denominada Projeto Rio do Contra, depois PA São Francisco. Quando da sua criação oficial, em outubro de 2000, passou a ser denominado, PA Nilson Campos, uma homenagem dos técnicos do INCRA ao ex-Secretário de Estado da Agricultura, que falecera em agosto daquele ano.

Em 1987, estava ocupado por cerca de 45 famílias, provenientes de Porto Velho. A solicitação de criação do Projeto foi feita em 1988, mas somente em 1997, dez anos depois do início da ocupação, o Incra iniciou o cadastramento das famílias, visando a sua regularização. A demora deve-se ao fato de que a área onde se localiza o PA Nilson Campos é oriunda de um trabalho de regularização fundiária, o qual ficou por vários anos impossibilitado de ter continuidade em razão do 1º Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), cujas diretrizes, impunham restrições ao uso da área para atividades agropecuárias.

O zoneamento de Rondônia, uma experiência pioneira na Região Amazônica, surgiu em meados dos anos 80, como parte integrante do Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) considerado modelo de uma nova geração de projetos verdes financiados pelo Banco Mundial (Millikan, 1988). A primeira aproximação do ZSEE, elaborada na escala de 1:1.000.000, definiu seis zonas sócio-econômico-ecológicas. Com a aprovação, em julho/2000, da segunda aproximação do zoneamento, elaborado na escala de 1:250.000, foram definidas três grandes zonas para todo o Estado, possibilitando a criação do assentamento, cuja área se enquadra na subzona 1.2.

A dinâmica de fixação dos beneficiários na área se caracteriza por três tipos:

- · Beneficiários que estão no lote com a família.
- Beneficiários que moram no assentamento, mas não no seu lote.
- Beneficiários que não moram no lote.

Foram identificadas duas situações em que 20% dos beneficiários não moram na propriedade. A primeira, por falta de estrada ou habitação; neste caso, moram no assentamento, mas em propriedades de familiares em outras Linhas. Esta situação ocorre com mais freqüencia com os beneficiários de parte da Gleba 4 - Travessão do Igarapé do Contra e parte da Gleba 2, onde é mais difícil o acesso. Na segunda situação, os beneficiários mantêm a propriedade explorada, com atividade pecuária, como alternativa de atividade econômica. Em geral, exercem outra atividade na localidade em que residem - principalmente em Jacy-Paraná e Porto Velho - e trabalham no lote só nos finais de semana e,ou mantêm familiares ou empregados à frente da propriedade.

O tempo de permanência no assentamento é bastante diferenciado, tendo-se desde as famílias pioneiras, que estão há 14 anos no assentamento, aos recém assentados. Quatro famílias estavam há apenas sete meses no assentamento (Tabela 2).

Tabela 2. Tempo de permanência dos entrevistados no assentamento.

Tempo	Frequência	%
Mais de 10 anos	12	27
4 a 6 anos	12	27
1 a 3 anos	7	16
7 a 9 anos	5	11
Menos de 1 ano	4	9
NSA*	5	11
Soma	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

^{*} Entrevistados que não moram no assentamento.

A origem das famílias

Os assentados são originários de diversos estados brasileiros, sendo mais freqüente o Amazonas (18%), que são também os mais antigos na área do assentamento. Os nascidos em Rondônia representam 11% dos entrevistados. Antes de vir para o assentamento, a maioria dos assentados (70%) já estavam morando em outros municípios do Estado, principalmente na capital Porto Velho (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3. Origem dos beneficiários do PA Nilson Campos.

Estado	N	%
Amazonas	8	18
Minas Gerais	7	16
Rondônia	5	11
Acre	3	7
Ceará	3	7
Pernambuco	3	7
Paraná	3	7
São Paulo	3	7
Alagoas	2	4
Maranhão	2	4
Mato Grosso Do Sul	2	4
Santa Catarina	1	2
Bahia	1	2
Espírito Santo	1	2
Mato Grosso	1	2
Total	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dezembro/2001.

Tabela 4. Onde morava antes do Assentamento.

Estado da Federação/Localidade	N	%
Rondonia	32	70,1
Porto Velho	17	37,8
Jacy-Paraná	7	15,6
Rolim de Moura	2	4,4
Jaru	2	4,4
Ariquemes	2	4,4
Ji-Paraná	1	2,2
Candeias do Jamari	1	2,2
Outros Estados	8	17,8
Mato-Grosso	3	6,7
Roraima	1	2,2
Pará	1	2,2
Maranhão	1	2,2
Espírito Santo	1	2,2
Ceará	1	2,2
NSA/NHI	5	11,1
Total	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dezembro/2001.

Situação fundiária

Na fase de planejamento territorial, a capacidade do assentamento foi estimada em 175 parcelas rurais de 50 e 100 hectares em média, uma vez que a área de reserva prevista em Lei, está inclusa na parcela (Incra, 2000). Porém, com a dinâmica de ocupação e distribuição da área, quando do trabalho de demarcação, o número de parcelas teria aumentado para 195, de acordo com as informações obtidas junto aos assentados e lideranças locais.

Como não foi possível confirmar a quantidade de parcelas, os dados deste diagnóstico foram trabalhados a partir da informação oficial do Incra, contidos na RB emitida em 23.11.2001, que registra a quantidade de 126 beneficiários, mais sete identificados na área, quando do diagnóstico realizado em dezembro de 2001, totalizando 133 famílias, distribuídas em quatro glebas:

Glebas	1	2	3	4	Total
N° de lotes	28	28	34	43	133

Recursos naturais

O PA Nilson Campos está inserido na Subzona 1.2 do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia, que apresenta médio potencial social, onde predominam a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação humana, com conversão da floresta, aptidão agrícola predominantemente regular, vulnerabilidade natural à erosão predominantemente de baixa a média e para a qual recomenda-se a regularização fundiária, mas com controle da exploração florestal e do desmatamento (Rondônia, 2001).

Clima

A região do assentamento apresenta clima tropical chuvoso dos tipos Aw, segundo Köeppen. O tipo Aw é um clima quente e úmido, que corresponde às florestas tropicais com chuva do tipo monção. Caracteriza-se por elevadas precipitações, cujo total anual compensa a estação seca, permitindo a existência de florestas. Este tipo de clima domina totalmente a área, onde a média anual de temperatura do ar está entre 24 a 26° C e sua precipitação média varia entre 1.400 mm e 2.500 mm ao ano. Apresenta um período seco bem definido quando ocorre um moderado déficit hídrico, com índices pluviométrico inferiores a 50 mm/mês. Os valores de umidade relativa apresentam entre 80 e 85% mês (Bastos & Diniz, 1982).

Relevo e solos

O relevo predominante na área é suavemente ondulado e ondulado, com topos aplainados. Nas regiões mais onduladas, há presença de afloramento rochoso e seixos. A região abrange no seu total, vários tipos de solos, onde predominam o Latossolo Vermelho amarelo álico (Lva 4) com textura argilosa. Esses tipos de solos oferecem restrições para lavouras anuais, perenes e para formação de pastagem.

Para uso agrícola, os solos do assentamento estão identificados em nível exploratório, em duas classes, de acordo com a classificação proposta por Ramalho Filho e Beek (1995): Classe I - são solos que requerem uma ou mais práticas especiais de fácil execução, a fim de poderem ser cultivados segura e permanentemente com a produção de colheitas de médias a elevadas, abrangendo 35% do total da área. Classe II - são solos que requerem medidas intensivas ou complexas a fim de poderem ser cultivados seguro e permanentemente com produção de colheitas entre média e elevadas, abrangendo 65% do total da área. Na observação sistemática registrou-se, baixo grau de degradação do solo, caracterizado como latosolo vermelho amarelo-areno-argiloso profundo.

Recursos hídricos

O assentamento está localizado na Bacia do Jacy-Paraná, que se estende por 12.000 km². A malha hidrográfica da área é formada pelo Rio Jacy-Paraná a Leste, Rio São Francisco e por vários igarapés, que cortam a área: Igarapé do 120, Preto, do Contra, do Chico Sena, do Prata e do Ligeirinho. Existem igarapés assoreados e propriedades sem água corrente, a não ser de poço. Estima-se que as matas ciliares estão conservadas em 80% dos igarapés do assentamento.

Vegetação e fauna

Nas observações sensoriais, identificou-se a ocorrência de floresta ombrófila aberta de terras baixas, caracterizada por árvores de grande porte. Dentre as espécies madeireiras estão a castanheira, angelim, faveiras, aquariquara, acari, cedro rosa e cedrinho, copaíba; além de outras espécies de pouco valor, por tratar-se de madeira branca (tauari, caixeta e marupá). Outros tipos de vegetação encontrados foram o babaçu, tucumã, andiroba, seringueira, e cipós como o titica e ambé. Há ocorrência de açaí nativo, localizado às margens dos Igarapés do Contra e Preto, porém, os assentados não têm o hábito de colhê-lo para consumo. Ocorre também o piquiá nativo, que difere do piquiá dos cerrados, pelo tamanho.

A segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, utilizando as informações geradas pelos levantamentos da fauna, identificou seis regiões zoogeográficas no Estado. (Atlas..., op.cit.) O assentamento está localizado na Zona zoogeográfica ZZ-1 que corresponde à região ao norte e noroeste do Estado de Rondônia, limitada pelo rio Madeira. As espécies animais mamíferas relatadas pelos assentados foram: quati (*Nasua nasua*), porco-domato (*taiassuídeos* queixada), veado (Mazama americana), paca (*Cuniculus* paca), tatu, cutia, macaco, onça e, raramente, anta (*Tapirus terrestris*). Eles declararam que costumam caçar somente para a própria alimentação, sendo que as caças preferidas são a paca, veado e porco-do-mato.

O assentamento possui uma rica avifauna (Fig. 4). As espécies mais citadas pelos assentados foram o jacu, papagaio, mutum, arara e passarinhos diversos, dentre eles alguns considerados em extinção na área, a exemplo do mutum e jacamim. Os assentados dizem que não têm o costume de caçar os pássaros, mas há relatos de que pessoas de fora da comunidade vêm com gaiolas, para pegar os animais. Há interesse dos assentados em instalar criatórios para peixes em suas propriedades. A pesca é feita para a subsistência das famílias, mas queixamse de que já não há abundância de peixes na região.



Fig. 3. Criança e adolescente do PA Nilson Campos em convivência com arara.

População e organização social

Aspectos demográficos

A população do assentamento é formada por 133 famílias beneficiárias, cadastradas e assentadas pelo Incra. Considerando a média do grupo familiar, obtida com os dados do diagnóstico, que é de quatro membros por família, estima-se que a população em potencial do assentamento esteja em torno de 504 pessoas.

O grupo de entrevistados foi formado por 34 homens e 11 mulheres, com idade média de 40 anos para os homens e 39 para as mulheres, sendo que a idade máxima é de 84 anos e a mínima de 21 anos de idade (Tabela 5).

Tabela 5. Idade média dos entrevistados, por sexo.

Entrevistados	Quantidade	Média	Máxima	Mínima
Homens	34	40 anos	84	21
Mulheres	11	39 anos	51	21
Total	45			

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Os entrevistados e seus familiares constituem uma população de 172 pessoas. A população é predominantemente adulta (54%), incluindo filhos casados, agregados e os beneficiários (Tabela 6)

Tabela 6. Membros do grupo familiar dos entrevistados, por faixa etária e sexo.

Faixa etária do grupo familiar	N	%
Crianças e adolescentes até 12 Anos	49	28
Homem	21	12
Mulher	28	16
Jovens de 12 A 18 Anos	30	17
Homens	16	9
Mulheres	14	8
Adultos	93	54
Homens	51	30
Mulheres	42	24
Total	172	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Organização social e espacial

Os assentados participam de duas associações. Raramente ocorre a participação em Cooperativa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que 27% dos entrevistados não participam de nenhuma organização. O vínculo com as Associações, em geral se define pela localização da propriedade: Linha 101, Linha 105 e TV. Igarapé Preto (AJARP), TV do Igarapé do Contra (Arjap e Aprul).

Associações

Associação dos Produtores Rurais de Jacy-Paraná - Arjap

Foi criada em 07 de fevereiro de 1988, é presidida por Pedro Bordalo, um dos pioneiros do assentamento. Possui cerca de 350 sócios, uma vez que reúne os produtores das linhas circunvizinhas ao assentamento. Realizam reuniões ordinárias todo terceiro domingo de cada mês. A associação possui um Departamento Feminino, que já foi bastante atuante, trabalhando com jovens e idosos, mas que vem apresentando dificuldades de mobilização e organização. No PA Nilson Campos, participam os assentados da Linha 101 - Gleba 3 e Tv do Igarapé Preto na Gleba 4.

Associação dos Produtores Rurais do Ramal 31 de Março - Asprul

Embora já exista desde 1991, a ASPRUL foi criada oficialmente em 1994. Reúne os assentados da linha 105 – Gleba 1 e 2, e Travessão 31 de março, possui cerca de 60 sócios. Reúnem-se mensalmente e é presidida por José Corilo, um fazendeiro da área. A atuação dessas organizações tem proporcionado desde a viabilização da implantação da infra-estrutura básica do assentamento, aos financiamentos bancários e o congraçamento social, principalmente em relação a ARJAP.

Cultura, religião e lazer

Não existe na comunidade nenhum tipo de atividade cultural, as reuniões de congraçamento, quando raramente ocorrem, são organizadas pela escola, com apoio da associação de produtores, a exemplo da festa das mães e festa junina. Mais da metade dos entrevistados declararam que participam das festas da comunidade, porém é baixa a participação dos entrevistados em atividades esportivas e de lazer, apenas 14 dos 45 entrevistados, em geral o futebol (Tabela 7).

Tabela 7. Participação de em atividades esportivas e festas da comunidade.

Pratica alguma atividade esportiva de lazer?	Freqüência	%
Sim	14	31
Não	28	62
NSA	2	4
NHI	1	2
Soma	45	100
Frequenta festa na comunidade?	N	%
Sim	25	56
Não	18	40
NSA	1	2
NHI	1	2
Soma	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

A maioria dos assentados participa de atividades religiosas (Tabela 8), sendo que, estão divididos em católicos e evangélicos. Há dois templos evangélicos da Congregação Cristã do Brasil, nas linhas 101 e 105 e um da Assembléia de Deus (Linha 101), não havendo nenhum templo católico dentro do assentamento.

^{*} NSA - não se aplica; ** NHI - não há informação.

Tabela 8. Participação religiosa dos assentados.

Religião	N	%
Católica	19	42
Evangélica	19	42
Nenhuma	7	16
Soma	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Servicos de apoio à produção

Assistência técnica e capacitação

Os assentados que possuem experiência tomam suas decisões baseadas no conhecimento transmitido pela família, porém, os beneficiários que não têm muita afinidade com a atividade agropecuária, sem saber por onde iniciar o processo produtivo, se orientam por intermédio das lideranças locais, que por sua vez buscam o apoio da assistência técnica da Emater Rondônia, através de um técnico da Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Porto Velho.

Dentre os entrevistados, 51% disseram receber assistência técnica da Emater, que os orienta na elaboração de projetos e fazem a supervisão dos sistemas produtivos financiados. Além disso, contaram com a atuação de duas técnicas do INCRA no papel de empreendedoras sociais, que em maio de 2001, fizeram um diagnóstico com relação às crianças do assentamento visando a implantação de uma brinquedoteca, bem como a capacitação das mulheres e jovens trabalhadores rurais.

Através da ARJAP, em parcerias com a Emater, os assentados tiveram acesso a diversos eventos de capacitação, tais como: beneficiamento do leite e seus derivados, bovinocultura de leite, agricultura orgânica, produção de farinha de babaçu, doces caseiros, açúcar mascavo e sabão. No levantamento de demandas realizado pelas empreendedoras sociais, foram solicitados os cursos de horticultura, corte e costura, doces caseiros, artesanato em vime, marcenaria, etc.

Crédito e capacidade de endividamento

A partir da homologação do assentamento, em outubro de 2000, os assentados foram beneficiados individualmente com o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), de fomento, alimentação e custeio, totalizando R\$ 1.400, pagos em parcelas, no período de dezembro de 1998 a novembro de 1999.

Trinta e três assentados aderiram ao Programa de Crédito Prorural, financiado pelo Basa, para fins agrícola e pecuário, perfazendo um total de R\$ 393.516,00 (trezentos e noventa e três mil, quinhentos e dezesseis reais), com uma média de R\$ 12.694,00 (doze mil, seiscentos e noventa e quatro reais) por beneficiário. Fazem parte deste grupo 25 assentados, que financiaram, anteriormente, plantio em consórcio de coco x cupuaçu x mandioca e não obtiveram sucesso, estando pela terceira vez em renegociação da dívida, cujas parcelas deveriam ser pagas a partir de 2000. Os financiamentos atuais deverão ser pagos a partir de 2006.

Patrimônio produtivo

Terra

A terra, como principal patrimônio produtivo, está distribuída em lotes de 50 e de 100 hectares em média, sendo que a maioria dos lotes (76%) é de 50 ha. A capacidade de uso da terra nos lotes de até 50 hectares é, em média, de 6,2 hectares de área abertas para cultivos anuais e perenes; 5,8 hectares de capoeira e 7,9 de pastagens. Nos lotes de até 100 hectares, as médias de uso da terra são de 14,5 ha, para área cultivada, 2,4 de capoeira e 11,2 hectares em pastagens (Tabela 09).

Na Gleba 4 está a maior parte em floresta, uma vez que é maior a dificuldade de acesso aos lotes. Por ocasião do diagnóstico, estava sendo feito a retirada de madeira da área do travessão do Igarapé Preto, uma extração autorizada pelo Ibama, segundo declarações das lideranças locais. Na estimativa dos assentados, 70% da área de mata se mantém intacta, os 30% de área aberta, estão ocupados por outros usos da terra: pastagens (11%), cultivos anuais e perenes (13%), capoeira (6%) (Tabela 10). Ressalta-se que esses dados referem-se ao uso pelos assentados entrevistados, não podendo ser extrapolado para todo o assentamento, já que parte dos que se ocupam da pecuária, não se encontravam na área.

Tabela 9. Uso médio das áreas do PA. Nilson Campos dos assentados entrevistados.

Tamanho dos lotes	Quantidade de lotes Cultivos an perene			Utilização das áreas								
			Capoeira		Pastagem		Reserva florestal					
	N	%	N	Média (ha)	N	Média (ha)	N	Média (ha)	N	Média (ha)		
Lote até 50 ha	34	76	33	6,2	25	5,8	23	7,9	34	34,5		
Lote de 50 a 100 ha	11	24	11	14,5	7	2,4	11	11,2	11	68,5		
NSA*	0		1		13		11		0			
Soma	45	100	45		45		45		45			

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Tabela 10. Uso e ocupação das terras no PA. Nilson Campos.

Uso da Terra (ha)	N	%
Florestal e ciliares	1.924	70
Cultivos Anuais e Perenes	365	13
Pastagens	305	11
Capoeira	155	6
Total	2.749	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001. N=número relativo à área ocupada em hectares.

Infra-estrutura e equipamentos

O patrimônio produtivo dos assentados é utilizado em caráter individual, não havendo armazéns, galpões de uso coletivo. Um lote no Travessão 31 de Março foi destinado para a associação, mas ainda não está sendo utilizado. Fazem parte do patrimônio dos assentados, o paiol, curral, casa de farinha, cerca e pastagem, que em geral apresentam baixa ocorrência, à exceção da pastagem, conforme quantificados na Tabela 11.

^{*} Não se aplica.

Tabela 11. Patrimônio produtivo dos assentados entrevistados no PA Nilson Campos.

Paiol	N	%	Valor E	stimado R\$	
Sim	9	20	Média (r\$)	Max	Min
Não	36	80	637,5	1500	100
Soma	45	100			
Casa de Farinha	N	%	Valor E	stimado R\$	
Sim	10	22	Média (R\$)	Max	Min
Não	35	78	660	800	500
Soma	45	100			
Pastagem	N	%	Média d	de Pastagem	
Sim	34	76	Hectares	Max	Min
Não	11	24	9	30h	1,5l
Soma	45	100	Valor Estimado R\$		
			Média (R\$)	Max	Min
			3.730	15000	600
Curral	N	%	Valor E	stimado R\$	
Sim	18	40	Média (R\$)	Max	Min
Não	27	60	1.000	3000	200
Soma	45	100			
Cerca	N	%	Média	a de Cerca	
Sim	27	60	Metros	Max	Min
Não	18	40	1.400,0	2000	250
Soma	45	100	Valor E	stimado R\$	
			Média (R\$)	Max	Min
			1.500	3800	300

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Os assentados utilizam/possuem alguns equipamentos próprios, tais como moto-serra, pulverizador costal, roçadeira, plantadeira, etc. e por vezes utilizam equipamentos de terceiros, alugando-os por hora. A aquisição de máquinas e implementos, por meio do Prorural, destinam-se principalmente a cafeicultura e agroindustrialização da mandioca para a produção de farinha, conforme quantificado na Tabela 12.

Tabela 12. Máquinas equipamentos financiados pelo Prorural.

Item financiado	Número de beneficiários	Quantidade
Tulha	05	150 m²
Terreirão	02	52 m²
Motor à diesel	11	11
Forno Médio	11	11
Grade de disco	1	1
Caititu	10	10
Triturador	10	10

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Sistemas produtivos

O trabalho como prestador de serviço nos arredores do assentamento, os diferentes tempos de permanência dos assentados na área e a falta de estradas para o escoamento de produtos, são fatores que influenciam nos sistemas de produção presentes atualmente no PA Nilson

Campos. Enquanto os mais novos estão tentando se estabelecer, a partir da agricultura de subsistência e do café financiado, os mais antigos se ocupam de um sistema diversificado, que inclui a pecuária bovina, o café, a fruticultura e o extrativismo.

O sistema de subsistência combina várias culturas e criações, e a produção destina-se fundamentalmente para complementar o consumo da família. Este sistema é comum na fase inicial dos projetos de assentamentos de reforma agrária, embora seja também adotado por famílias de trabalhadores rurais e por agricultores descapitalizados da região. Pode, portanto, representar uma etapa do processo de acumulação, na qual o essencial é assegurar o consumo familiar através da produção de alimentos básicos (feijão, arroz, mandioca e milho), e gradativamente investir na formação de pastagem e na capitalização da unidade produtiva.

Muitos não conseguem superar este sistema, seja devido à má qualidade da terra, sua localização e isolamento, seja devido à falta de crédito e assistência técnica. Mas a presença deste sistema pode indicar, também, um longo processo de decadência, de perda de condições de reprodução, com base apenas na renda agrícola gerada pela família.

Sub-sistema de cultivo

A agricultura de subsistência é praticada pela maioria dos entrevistados (78%), em áreas de 1,5 hectares em média. A mandioca é o cultivo mais expressivo, praticado por 60% dos entrevistados; as principais culturas de grãos são as de milho, que é cultivado por 53% dos entrevistados e arroz (38%). A horticultura (20%) e a pesca (24%) são outras atividades de subsistência apontadas pelos entrevistados. O café é o principal cultivo perene, sendo que 40% dos entrevistados possuem esta cultura em seus lotes, tendo em média 3,4 ha de área plantada. Destes, 47 ha foram implantados há dois anos, por meio de financiamento de 1,5 ha em média, por beneficiário (Tabela 13). Outros cultivos citados pelo entrevistados foram os de abacaxi, banana, coco, cana-de-açúcar, urucum e pimenta do reino.

Tabela 13. Sistemas de cultivo praticados pelos produtores entrevistados no PA. Nilson Campos.

Sistemas de cultivo	Total de produtores		Mandioca		Milho		Arroz		Café	
Sistemas de cultivo	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	35	78	27	60	24	53	17	38	18	40
Não	10	22	18	40	21	47	28	62	27	60
Soma	45	100	45	100	45	100	45	100	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Sub-sistemas de criação

A criação de gado, galinhas e porcos, estes, para consumo doméstico, foram atividades identificadas no assentamento. A criação de bovinos é praticada por 60% dos entrevistados que têm, no mínimo dois animais, criados em sistema individual, perfazendo um total de 448 cabeças, com uma média de 17 animais por criador. O sistema de criação é o da pecuária extensiva. Dentre os que possuem gado, 63% dizem estar produzindo leite, mas só para o consumo, já que falta uma perspectiva de beneficiamento do leite, "não adianta ter trabalho de tirar leite pra dá pros porcos" queixou-se uma assentada.

Além do boi, um número expressivo de assentados (60%) cria aves, visando o consumo doméstico; a média por família é de 31 cabeças. Quanto aos suínos, 40% dos agricultores têm pelo menos um porco em seu lote, com uma média de 5 cabeças por família (Tabelas 14, 15, 16 e 17).

Tabela 14. Sistemas de criação praticados no PA Nilson Campos.

Sistema de Criação	Gado		A	ves	Suínos		
No. de criadores/%	N	%	N	%	N	%	
Sim	27	60	27	60	18	40	
Não	18	40	18	40	27	60	
Soma	45	100	45	100	45	100	

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Tabela 15. Tipificação e quantificação do rebanho bovino.

Tipo de animal	N	%	Quantidade	N	%
Reprodutores	22	5	até 10	7	26
Matrizes/garrotes	156	35	de 11 a 20	14	52
Bezerros	270	60	de 21 a 46	6	22
Soma	448	100	Soma	27	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Tabela 16. Média per capita do rebanho dos assentados no PA Nilson Campos.

Tipo de Criação	No. de criadores	Média (Cabeças)	Max	Min
Gado	27	17	46	2
Aves	27	31	60	7
Suínos	18	05	12	1

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Tabela 17. Média per capita do rebanho dos assentados no PA Nilson Campos.

Produção de leite	N	%	Pro	dutividade litro/m	atriz
Sim	17	63%	Média(I)	Max	Mineração
Não	10	37%	5	8	2
Soma	27	100%			

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Sub-sistema extrativo

A atividade extrativa é incipiente apenas 38% declararam praticar alguma atividade relacionada à coleta de frutos (açaí, castanha, babaçu) e extração de óleos (copaíba, andiroba) e madeira (Tabela 18). Há um trabalho realizado pelo departamento feminino da associação, sobra a produção da farinha de babaçu. Há a perspectiva de usar a castanha beneficiada como ingrediente de multimistura, uma vez que a ARJAP já produz e comercializa a farinha, sob encomenda, e está buscando formas de proceder as análises do produto, que já tem inclusive rótulo das embalagens (Fig. 4).



Fig. 4. Rótulo dos potes de 300g da farinha de babaçu.

A copaíba é da variedade Jutaí, pouco explorada, pois acham que não compensa, a produção é pouca, estimam ser necessário perfurar 10 árvores para obter um copo de 250ml. As experiências com a produção de copaíba são controversas, um disse que cortou 40 árvores e não deu nada, outro disse ter cortado uma árvore e ter tirado 7 litros.

A extração de madeira foi pouco citada, não tendo sido possível apurar qual a real situação quanto à prática do extrativismo madeireiro. Dentre as iniciativas da ARJAP está a implantação de um plano de manejo, florestal, cujos primeiros estudos já foram realizados.

Tabela 18. Produção extrativista no PA Nilson Campos.

Extrativismo	N	%	Produtos	N
Não	28	62	Castanha	9
Sim	17	38	Copaíba	5
Soma	45	100	Copaíba Madeira	1
			Babaçu	1
			Açaí	1
			Soma	17

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

Sub-sistema de beneficiamento da produção

Pelas características já citadas do assentamento, de baixo nível de produção e produtividade dos cultivos, o beneficiamento de produtos é praticamente inexistente, exceto para a mandioca. Como citado anteriormente, apenas 22% dos entrevistados possuem casa de farinha, sendo que a maior parte da produção é destinada ao consumo familiar e o excedente comercializado no próprio assentamento para vizinhos ou, quando possível, levam para o mercado de Jacy- Paraná. As áreas com café ainda não apresentam produção para ser comercializada (plantios de 02 a cinco anos). O aproveitamento do babaçu tem sido integral: da massa faz-se a farinha, do caroço se extrai o óleo e a casca é prensada para fazer carvão.

Relações de trabalho, ocupação da mão-de-obra e renda dos assentados

A mão-de-obra é predominantemente familiar (89%) envolvendo filhos, cônjuges e parentes agregados. Apesar disso, 69% declararam contratar serviço temporário, notadamente para abertura de área (mata ou capoeira), para implantação de roça ou pastagem. Os assentados trabalham seus lotes individualmente, 87% dos entrevistados não participam de mutirão. O sistema de troca de dias também é pouco utilizado, apenas 36% o fazem (Tabela 19).

Tabela 19. Sistemas de trabalho utilizados.

Sistema de Trabalho -	Mu	tirão	Troca de dias		Venda de MDO*		Discoundidos	Assentados	
Sistema de Trabaino -	N	%	N	%	N	%	- Dias vendidos	N	%
Sim	3	7	16	36	33	73	Até 10 dias	17	52
Não	39	87	26	58	9	20	11 A 15 dias	10	30
NHI	3	7	3	7	3	7	Mais de 15 dias	6	18
Soma	45	100	45	100	45	100	Soma	33	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

MDO*(Mão-de-obra).

A maioria dos entrevistados (96%) declarou possuir outra fonte de renda além da proveniente da produção do lote. Essas referem-se à atividades exercidas dentro e fora do assentamento, pela prestação de serviços aos fazendeiros da região e outros assentados, como diaristas, em abertura de área com operação de moto-serras, serviços de construção civil (cercas), dentre outras. As atividades fora do assentamento são de caráter assalariado (11%) e autônomo (9%). Os primeiros são funcionários públicos, já as atividades autônomas variam desde serviço de frete, mecânica de automóveis, marcenaria e comércio (Tabela 20).

Tabela 20. Fontes de rendas fora da propriedade no PA Nilson Campos.

Fontes de renda	N	%
Diarista	33	73
Salário	5	11
Negócio Próprio	4	9
Não possui	2	4
Aposentadoria	1	2
Soma	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico dezembro 2001.

A venda de mão-de-obra e rendimentos como funcionário público, são as principais fontes de renda extra propriedade. A estimativa de rendimento mensal com a venda de mão de obra está apresentada na Tabela 22. Além disso, os auxílios governamentais, por meio de programas como o PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), tem proporcionado um acréscimo a essa renda. Dentre os entrevistados, três famílias são beneficiárias do PET, cada uma recebe R\$ 75,00 por mês, que corresponde ao pagamento de R\$ 25,00 por criança na escola, com o limite de até três crianças por família.

Tabela 21. Estimativa de renda mensal com a venda de mão-de-obra.

Rendimento mensal	N	%
Mais de R\$ 100,00	15	45
De 51,00 a R\$ 100,00	11	33
Até R\$ 50,00	7	21
Soma	33	100

Fonte: Dados do diagnóstico dezembro 2001.

Outra fonte de renda obtida pelos assentados provém dos diferentes financiamentos conseguidos ou de atividades não agrícolas, aposentadorias ou poupanças anteriores (principalmente sob a forma de cabeças de gado bovino mestiço). Os assentados consideram como renda atual, o valor correspondente ao pagamento da mão de obra familiar. Para um financiamento realizado em 1999, pelo valor máximo (9.500,00), o valor correspondente ao pagamento da mão-de-obra é de R\$ 864,00 no primeiro ano e R\$ 432,00 no segundo ano, com diária ao preço de R\$ 8,00. Para os financiamentos realizados em 2000, o valor destinado a diária, chega a R\$719,25 no ano I e R\$315,00 no ano II, com diária a R\$7,00 e R\$304,50 no ano III.

Comercialização e abastecimento

Não há no PA estrutura de comercialização e abastecimento de produtos. Apesar da dificuldade relacionada à questão dos transportes para o escoamento da produção, 60% dos entrevistados declararam que levam seu produto para venda direta no comércio de Jacy-Paraná ou Porto Velho; 22% disseram que entregam ao atravessador, que retira no lote e 18% disseram que não produzem nada para a venda.

Os produtores que levam seus produtos diretamente ao mercado, utilizam-se de diversos estratégias de transporte de suas mercadorias. Com relação ao tipo de veículo e forma, é comum a expressão "leva nas costas", o que significa, ir a pé ou de bicicleta, carregando o produto nas costas ou na garupa da bicicleta, percorrendo até 21 km para chegar à BR-364 onde pegam ônibus para Jacy ou Porto Velho (Tabela 22). A Tabela 23 sintetiza informações sobre produtos que vendem e valor de venda.

Tabela 22. Formas de venda e transporte da produção.

Como vende a produção	N	%	Como transporta	N	%
Leva para Jacy ou Porto Velho	27	60	"Nas costas"	9	33
Entrega ao atravessador no lote	10	22	Frete	6	22
Não produz p/ venda	8	18	Transporte Próprio*	6	22
Soma	45	100	 Carona	4	15
			Barco	2	8
			Soma	27	100

Fonte: Dados do diagnóstico dezembro 2001.

Tabela 23. Produtos comercializados pelos assentados do PA Nilson Campos.

Produtos que vendem	Valor de venda R\$	Unidade	Produtos que vendem	Valor venda R\$	Unidade
Café em coco	26,00	Sc 40 Kg	Melancia	0,25	Um
Banana	1,50	Cacho	Bezerro	80 a 120	Cab.
Colorau	0,90	Kg	Farinha de Mandioca	20 a 25	Sc 50 Kg
Abacaxi	0,04	Um	Café Em Pó	3,00	Um
Farinha de babaçu	8,00	Kg	Galinha	5,00	Um

Fonte: Dados do diagnóstico dezembro 2001.

Políticas públicas, infra-estrutura e serviços sociais básicos

As instituições e entidades que mais diretamente estão envolvidas com o cotidiano do assentamento são o Incra e a Emater. Indiretamente estão envolvidos, a Agência distrital de Jacy-Paraná, a Secretaria Municipal de Educação e as organizações dos produtores, sobretudo a ARJAP, por ter na presidência o presidente da Central de Associações de Porto Velho, o que tem proporcionado a busca de implantação de programas e projetos governamentais para a área, a exemplo do plano de manejo florestal.

Educação

Há no assentamento dois prédios escolares, onde funciona o ensino Fundamental (1ª a 4ª série), mantidos pela Prefeitura do Município de Porto Velho. Uma escola fica na linha 105 (1 sala - 20 alunos) e outra na Linha 101 (2 salas, cerca de 40 alunos). Há carência de professores, há apenas um para cada escola.

A Escola Municipal Menino Jesus, na Linha 101, teve suas novas instalações inauguradas em 24 de outubro de 2002. O professor contava com a ajuda de duas voluntárias da comunidade, que mesmo tendo participado do programa de capacitação de professores da Prefeitura de Porto Velho, o Prohacap (Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos), não obtiveram boa classificação no concurso realizado no final do ano 2001 e foram afastadas da escola.

^{*} inclui moto e bicicleta

A falta de salas de aula até a 8ª. série se constitui em um grande problema para a comunidade, uma vez que crianças em idade escolar estão fora da sala de aula. A escola de nível acima das existentes no projeto, está a cerca de 40 km de distância. A seqüência de fotos (Fig. 5) ilustram escolas e alunos da comunidade.

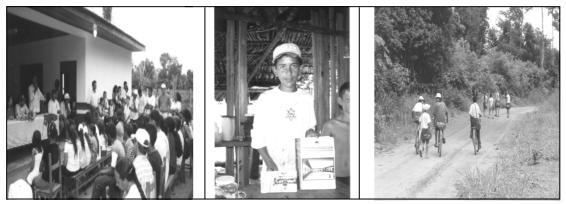


Fig. 5. Inauguração da Escola da Linha 101; adolescente fora da escola; estudantes a caminho da escola da Linha 105.

Segundo os dados das entrevistas, seis famílias encaminharam filhos para estudar em Porto Velho, totalizando 10 jovens, enquanto oito famílias estão com crianças fora da escola. Estas, por não terem condições de encaminhar seus filhos para a capital, em geral fazem a criança repetir a 4ª série por mais um ano e depois param de estudar. Nesta situação estão fora da escola nove crianças do assentamento, e mais duas que não vão à escola por ser distante e não ter transporte, num total de 11 crianças (Tabela 24). As condições em que não se aplica (NSA), referem-se aos beneficiários que não residem no lote e solteiros sem filhos.

Tabela 24. Situação das famílias com criança na cidade, fora da escola e adultos analfabetos.

No. de Famílias	•	Com crianças na cidade para estudar		as fora da ola	Com adultos analfabetos	
	N	%	N	%	N	%
Não	30	67	27	60	33	73
Sim	6	13	9	20	12	27
NSA	9	20	9	20	0	
Soma	45	100	45	100	45	100

Fonte: Dados do diagnóstico dezembro 2001.

Dentre os entrevistados, 73% declaram não ter adultos analfabetos na família. Nas participações nos seminários, em que foi colhida a assinatura dos beneficiários participantes, pode-se observar também que é baixo o nível de analfabetismo. Dos 69 participantes do Seminário II, apenas dois se declararam não alfabetizados, outros assinaram o nome com dificuldade, mas a maioria demonstrou domínio da escrita.

Saúde e saneamento

O atendimento médico é inexistente no assentamento, quando necessário vão ao posto médico de Jacy-Paraná (40 km) ou Porto Velho (101 km). A distância do Posto Médico de Jacy, se torna maior devido à falta de estrada nos pontos mais distantes e à falta de transporte coletivo nas Linhas.

A malária é a doença mais frequente na área. Na observação dos assentados, a doença é cíclica. Contam que passaram quatro anos sem grandes ocorrências, mas estimam que 90% dos moradores teve malária no ano de 2001. A falta de transporte agrava a dificuldade de atendimento médico, que por vezes depende de eventuais caronas.

A água utilizada provém dos igarapés e minas d'água. Dentre os entrevistados, 38 % possuem poço e 62% utilizam água filtrada. O uso de plantas com fins medicinais é freqüente entre os assentados, 78% disseram utilizar algum tipo de planta ou folha para chás e emplastro, sendo citados o boldo, guebra-pedra, cibalena, folha de abacate, melhoral, capim-santo, etc.

Habitação

Pelo fato de ser um assentamento de regularização, os assentados antigos já possuem casa, em geral construída em madeira e cobertura de palha. Reivindicavam receber o crédito habitação em espécie, para reformas, ampliações, não aceitando a proposta de compra coletiva através das associações. Além disso, alguns dos que precisavam realmente construir casas, estão em área de difícil acesso, o que dificulta a entrada do material de construção (Fig. 6).



Fig. 6. Habitação de assentado na Gleba 4.

Eletrificação

O acesso à rede de energia elétrica foi apontado como a terceira prioridade, depois da estrada e atendimento médico. Os assentados, através da associação, se inscreveram no Programa Luz no Campo, do governo federal, que prevê o atendimento à área. Entretanto, de acordo com informações obtidas no Seminário III, a empresa licitada não teria cumprido o cronograma o que levou a Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron a contratar outra empresa. Onze assentados adquiriram, através do financiamento do Prorural, motor gerador de energia à diesel, que além da utilização na casa de farinha, tem capacidade de uso doméstico.

Meios de comunicação

A comunicação via telefônica e postal é feita a partir da sede do distrito de Jacy-Paraná. O acesso a informações através de mídia eletrônica só é possível através de transmissões radiofônicas. Apenas dois entrevistados disseram ter acesso a transmissões de TV via sinal de

satélite (antena parabólica), utilizando motor gerador à diesel. A circulação de informações se dá informalmente, através de recados verbais, transmitidos a pessoas em pontos chaves como as escolas. Estava sendo anunciada a implantação do serviço de telefonia rural, assim como a contratação de uma Caixa Postal em Jacy, para recebimento de correspondências de todos os associados.

Transportes

A falta de transporte coletivo é considerada como um dos principais entraves a serem resolvidos e está diretamente relacionada à falta de condições de tráfego nas estradas, e falta de construção de outras que há muito estão planejadas. As Glebas 2 e 4 são as de mais difícil acesso aos lotes. Para se chegar ao travessão do Igarapé do Contra se atravessa uma grande área de mata fechada, onde foi aberto um carreador, pelos caminhões "toreiros" (Fig. 7).



Fig. 7. Carreador que dá acesso ao Travessão do Ig. do Contra, na Gleba 4.

A estrada em melhores condições é a da Linha 101, cuja manutenção é paga pelos assentados. Porém, uma serra muito íngreme, na altura do km 15, além de outros fatores inviabilizou a negociação com empresas de transporte, para o estabelecimento de um contrato de prestação de serviços na área. As demandas por construção e recuperação de estradas, pontes e bueiros, totalizaram 46 km de construção de estradas, 37 km de recuperação, 58 m de construção de pontes e construção de 16 bueiros.

A maior parte disse possuir transporte próprio, sendo que 56% utilizam a bicicleta. Os demais meios de transporte utilizados, são a motocicleta, carroca, carro utilitário e barco (Tabela 25).

Tabela 25. Tipos de transporte utilizados pelos assentados do PA Nilson Campos.

Possui transporte próprio?	N	%	Tipo de transporte*	N	%
Sim	30	67	Bicicleta	19	56
Não	15	33	Carroça	7	21
Soma	45	100	Moto	4	12
			Carro Utilitário	3	9
			Barco	1	3
		_	Soma	34	100

Fonte: Dados do diagnóstico, dez/2001.

^{*} com repetições.

Potencialidades, limitações e condicionantes

Abundante em recursos florestais, faunísticos e hídricos, a área do assentamento apresenta inúmeras potencialidades econômicas, que demandam atenção aos fatores limitantes e condicionantes da realidade do assentamento, as quais serão a seguir apresentadas e analisadas sob a perspectiva do estabelecimento de um assentamento sustentável, estruturadas a partir de três dimensões:

Geoambiental: Informações gerais do assentamento; recursos naturais e meio ambiente.

Econômico-social: Histórico do assentamento; trajetória de vida dos assentados; organização social; população; serviços de apoio a produção; sistemas produtivos; patrimônio produtivo; infra-estrutura produtiva.

Político institucional: Politicas públicas, infra-strutura social; serviços sociais básicos;

Potencialidades e limitações da dimensão geoambiental

Dentre as potencialidades locais destaca-se a localização na Subzona 1.2 do ZSEE, a abundância dos recursos hídricos, a disponibilidade de recursos florestais, para exploração de produtos não madeireiros de valor comercial como a copaíba e a iniciativa de implantação de projeto de manejo florestal comunitário para as áreas de reserva legal.

As fragilidades referem-se às limitações químicas das terras, o que causa a necessidade de aplicação de técnicas de correção de solo e introdução de leguminosas. Além disso, as áreas com floresta são espacialmente distanciadas, falta um inventário do potencial não madeireiro.

As condicionantes para o desenvolvimento sustentável nessa dimensão, correspondem à necessidade de elaboração de projeto de manejo, bem como estruturar a exploração de forma coletiva. Manejo adequado de solos, para melhoria da produção agrícola dos assentados, evitando a erosão, a compactação e a perda dos nutrientes e matéria orgânica existentes. Ações de educação ambiental, desenvolvidas de forma participativa, para melhor compreensão da visão de sustentabilidade dos assentados e sensibilização para as questões ecológicas, diretriz contida na Política de Desenvolvimento Rural, considerada fundamental para o êxito dos projetos.

Potencialidades e limitações da dimensão econômico-social e político-institucional

A organização da comunidade em Associações e a presidência da ARJAP, exercida por um beneficiário do assentamento, por vezes constitui-se em vantagem, pela abrangência da associação e o bom trânsito do mesmo, nos mais diferentes níveis de governo, facilitando o encaminhamento de reivindicações. Além disso, foi importante a participação dos assentados nas oficinas de discussão do Plano e na tomada de decisão.

O predomínio da mão-de-obra familiar é um fator potencial, embora não suficiente, uma vez que ocorre o sistema de troca de dias. A diversidade de segmentos religiosos (católicos e evangélicos) não impede as ações conjuntas.

Dentre os aspectos limitantes, está o fato de que a não conclusão da demarcação da área, e a conseqüente indefinição de alguns lotes têm gerado litígios entre assentados e fazendeiros da região, na Gleba 2. A venda de lotes já vem ocorrendo, com as parcelas sendo aglomeradas por um fazendeiro do entorno, identificado como "Sargento".

Falta de atividades que resgatem a cultura dos assentados e incentive a produção artesanal. A disponibilidade de trabalho temporário nas fazendas do entorno (mais da metade vendem até 10 dias de trabalho mensalmente) pode significar que a atividade na propriedade não é prioritária. Além disso, os deslocamentos temporários para a capital, por problemas de saúde ou para acesso à educação dos filhos, limitam a permanência no assentamento. A dinâmica de sucessivas mudanças dos assentados, a cada reunião e visitas, dificultou somar números precisos, quanto à acumulação e permanência.

O considerável volume de recursos canalizados para o assentamento, por meio dos créditos de instalação e habitação; um mercado em potencial para os produtos, dada a relativa proximidade da capital Porto Velho e o seu entorno; presença da assistência técnica oficial (Emater), e empreendedores sociais (Incra); possibilidade de aumentar o número de alternativas de produção agrícola.

Fatores limitantes: o aumento da atividade produtiva, esbarra principalmente na falta de estrada para escoamento dos produtos e na falta de organização para a comercialização; os serviços sociais básicos de saúde e educação não atendem as necessidades dos assentados e funcionam de forma extremamente precária; o poder exercido pelas lideranças, reproduz situações semelhantes ao "coronelismo" nordestino, desestimulando a efetiva e democrática participação dos assentados; Indisponibilidade de infra-estrutura para atividades culturais e de lazer; o forte vínculo dos assentados, com a prestação de serviços e venda de mão-de-obra.

As potencialidades, limitações e condicionantes do sistema produtivo estão sistematizadas no Anexo 1

Dentre as condicionantes a serem observadas para esta dimensão, destacamos: aumentar a participação das mulheres e dos jovens nas atividades associativas e na geração de renda; gestão mais democrática das organizações de modo a permitir a participação de todos nas tomadas de decisões; novas formas de organização social e produtiva, para a comercialização/abastecimento e para o beneficiamento da produção.

Buscar meios de facilitar os acessos aos serviços de saúde, educação, pela melhoria das condições de transporte; identificar novas alternativas de mercado, para os produtos das atividade não-agrícolas e extrativas, a exemplo da farinha de babaçu e da copaíba.

Aperfeiçoar a visão associativa e de gestão, na perspectiva de um Conselho Local de Desenvolvimento; expandir as possibilidades de parcerias (ONG´s, Instituições de Ensino superior da iniciativa privada). A sustentabilidade demanda uma assistência técnica permanente, que deverá ser gerada na própria comunidade, pela formação de agentes comunitários de assistência técnica.

Programa de desenvolvimento sustentável do assentamento

O programa tem por objetivo definir as diretrizes e prioridades para a promoção do desenvolvimento sustentável do assentamento, em nível social, econômico e ambiental, e implementá-las por meio de uma série de ações que promovam a reflexão e a participação do assentado nas ações coletivas orientadas para o uso racional dos recursos naturais, a melhoria da infra-estrutura social e produtiva, a valorização do homem, pelo respeito a sua qualidade de vida e exercício pleno de sua cidadania.

Para isso, serão desenvolvidas ações por meio de objetivos específicos, como:

- Estimular o uso racional dos recursos naturais renováveis, por meio de projetos de manejo florestal e eventos de educação ambiental, que promovam a difusão de conhecimentos e adoção de práticas conservacionistas e preservacionistas das florestas, matas ciliares e dos solos.
- Melhorar a qualidade do sistema produtivo agrícola, pela adoção de tecnologias, para a mandiocultura, grãos (milho e arroz) e cafeicultura.
- Melhorar a qualidade do sistema produtivo de criação, pela adoção de tecnologias, para a bovinocultura de leite.
- Promover a melhoria do sistema produtivo, agrícola e de criação, pela promoção de investimentos agroindustriais, para beneficiamento de leite, mandioca e grãos (café, milho e arroz).
- Desenvolver a capacidade produtiva dos assentados, por meio da promoção de eventos de capacitação profissional e fortalecimento da assistência técnica.
- Promover a melhoria da qualidade de vida e de condições de trabalho, através do fortalecimento da infra-estrutura de serviços sociais básicos (estradas, educação, saúde e saneamento), assim como de promoção de atividades de lazer, esporte e cultura.
- Proporcionar aos agricultores e suas famílias, uma educação de qualidade, por meio de um programa de educação para o meio rural mais adequado a realidade dos assentados, e que valorize a cultura local.
- Promover a sustentabilidade institucional do assentamento, pelo fortalecimento das organizações sociais, capacitação gerencial e administrativa dos dirigentes e pela elaboração do Modelo de Gestão do Plano.

Nos programas e projetos estão as ações a serem desenvolvidas pelos assentados, visando fortalecer o desenvolvimento social e econômico do assentamento, com seus respectivos níveis de prioridades, que foram definidos coletivamente com os assentados, correspondendo respectivamente, ao cenário futuro, quanto a implementação dos projetos em curto, médio e longo prazo. A estratégia de execução desses programas exige a elaboração de projetos específicos e detalhados, o que deverá ocorrer na medida em que a gestão do plano seja assumida por grupos de trabalhos e comissões locais, que aprofundem as discussões e a viabilidade de sua implementação.

São projetos para a atividade produtiva dos sistemas identificados, como principais e prioritários para os assentados: grãos (arroz,feijão,milho), mandiocultura (farinha), pecuária leiteira e fruticultura (banana, cupuaçu, etc). Em curto prazo o objetivo é melhorar o sistema produtivo pela adoção de tecnologias de baixo custo, que estejam livres das limitações referentes a questão da energia elétrica e estradas.

A identificação das potencialidades e limitações ao desenvolvimento local sustentável, orientou a definição de quatro Programas, sete Linhas de Ação e dezessete Projetos (Anexo 2).

Considerações finais

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nilson Campos evidencia alguns aspectos da complexa dinâmica que envolve os atores sociais da reforma agrária, na busca de promover, nos assentamentos recém-criados, um sistema produtivo de base familiar, que seja sustentável, diminua a fome, gere renda e utilize racionalmente os recursos naturais.

A partir das potencialidades e limitações identificadas no estudo para conhecimento da realidade do assentamento, foi possível se estruturar programas e projetos que representam a demanda dos assentados. Entretanto, observamos que a estrutura social e produtiva, na qual a comunidade está inserida, apresenta sérias restrições ao seu desenvolvimento. Além disso, a prática do planejamento participativo demanda um acompanhamento do processo de gestão do Plano, que não foi previsto na metodologia de elaboração do Plano, mas foi demandada pelos assentados. Deste modo, a política de descentralização, que transfere para o assentado a elaboração de um plano, cuja capacidade de gestão é duvidosa, merece ser revista.

Sob outro enfoque, o planejamento participativo é também uma oportunidade para construir o poder nas organizações locais, porém, este exercício do poder ainda requer uma relação dialógica com os representantes de suas organizações sociais, para que possam exercer a sua plena cidadania na tomada de decisões de interesse coletivo.

O processo de planejamento participativo do assentamento é um caminho aberto ao empoderamento, mediante a reflexão conjunta e tomada de decisões, avançando assim na democracia participativa, que lhes dará melhores condições de conduzir a gestão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Tal processo, depende, sem dúvida, de uma política de desenvolvimento e sobretudo da determinação dos atores sociais.

Deve-se também aprofundar conhecimento sobre a visão de sustentabilidade do agricultor para, a partir dela, elaborar programas, cujas diretrizes associem propostas de conscientização quanto ao seu papel como sujeito, gestor, protagonista, usuário do desenvolvimento, bem como atividades específicas, relacionadas à gestão ambiental dos assentamentos, principalmente porque o projeto de educação ambiental, foi considerado de prioridade máxima no Programa Ambiental.

O desenvolvimento econômico do assentamento tem como aspectos potenciais, a disponibilidade de recursos naturais, incluso o acesso à terra. Sendo um instrumento de planejamento em nível local, a execução do PDSA deverá ter como estratégia principal o estabelecimento de parcerias e articulações em nível local (assentamento, entorno e a sede do município), estadual e federal. Promovendo a sinergia entre pesquisa, extensão e fomento.

A elaboração deste PDSA proporcionou também, o exercício interdisciplinar da proposta metodológica de pesquisa participativa, centrada na realidade local da comunidade de assentados recentes e, avanços na construção de um modelo de assentamento sustentável, que proporcione aos assentados condições mínimas para produzir e se reproduzir socialmente, em uma unidade produtiva do sistema de agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ADIB, A. R., FERREIRA FILHO, R. Subsídios à elaboração do diagnóstico dos planos de desenvolvimento sustentável de assentamentos da reforma agrária. Brasília: INCRA/IICA, 1999. 10 p. Mimeo.

BASTOS,T. X., DINIZ, T. D. A. S. **Avaliação do clima do Estado de Rondônia para desenvolvimento agrícola**. Belém: Embrapa-CPATU, 1982. 28 p. (Embrapa-CPATU. Boletim de Pesquisa, 44).

BUARQUE, Sérgio. Metodologia de planejamento Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão. Washington Novaes (Coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD 2000 p. 196.

EMBRAPA. Plano Diretor da Unidade. Centro de Pesquisa Agroflorestral de Rondônia. 1998-2003. Porto Velho, 2000. Mimeo.

FAO/INCRA. Projeto UFT/BRA/036/BRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatistico. Brasil, 1996. 23 p.

RELATÓRIO técnico de criação do Projeto de Assentamento Nilson Campos. Porto Velho: INCRA Rondônia, 2000, 11 p. Mimeo.

MILLIKAN, B. H. **Oportunidades, limites e desafios para o desenvolvimento sustentável**. Projeto BRA/94/007, Cooperação Técnica do PNUD ao PLANAFLORO. Porto Velho, 1998. Mimeo.

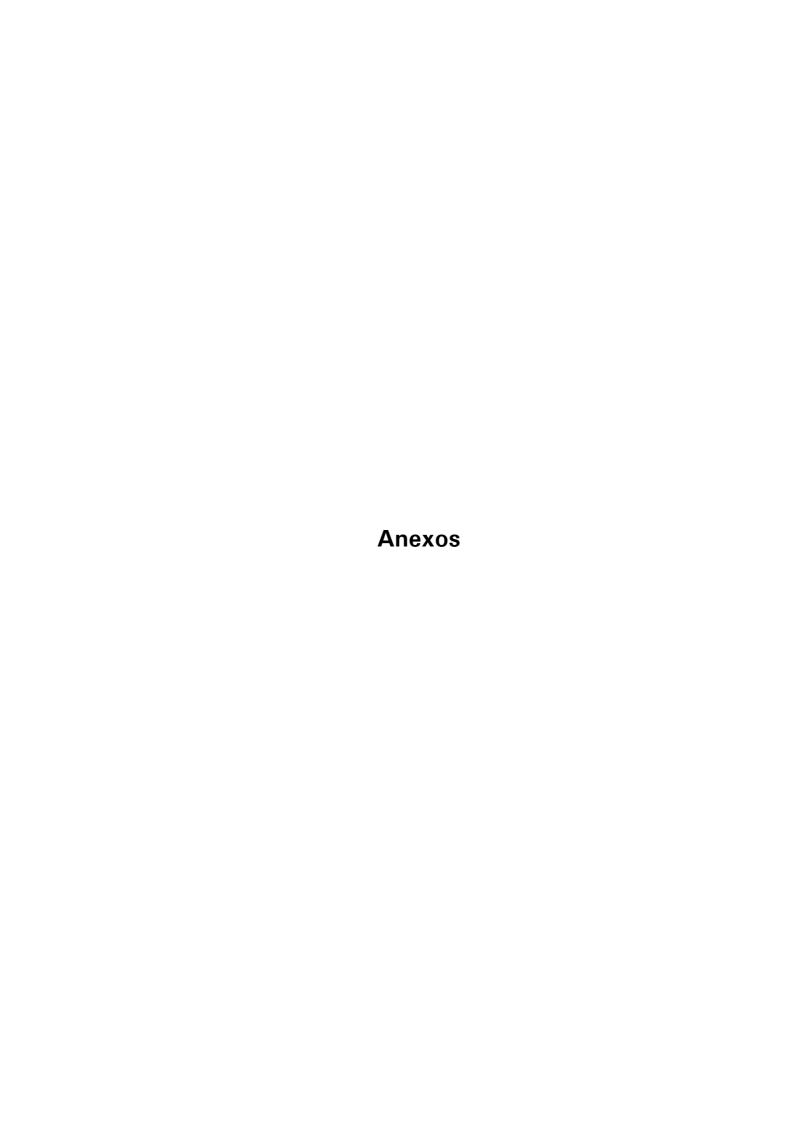
PLANO de ação para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Brasília: INCRA/DP, 1998. 14 p. Mimeo.

RAMALHO FILHO, A; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação agrícola das terras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Embrapa-CNPS, 1994. 65 p.

ROTEIRO básico para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento - PDA. Brasília, 2000. Mimeo.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (Org.). Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid- Brasil, 1999.

FERNANDES, L. C.; GUIMARÃES, S. C. P. (Coord.). **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2001. v. 2, 74 p.



Quadro 1. Potencialidades, limitações e condicionantes do sistema produtivo foram assim

Sistema Produtivo	Importância*				P - potencialidades	
	Α	М	В	Interessados**	L - limitações C - condicionantes	
1. Grãos (arroz, feijão, milho)	Х			Todos	P: comercialização do excedente. C: correção do solo, mecanização coletiva / trilhadeira.	
2. Mandioca (farinha)	Х			Sete	L: Equipamento rústico, transporte, comercialização, tecnologia, ater.	
3. Pecuária - gado de leite	Х			Todos	P: aproveitamento de leite. C: tanque resfriador.	
4. Banana	Х			Todos	Transporte/mudas selecionadas/ correção de solo/tecnologia de produção.	
5. Cupuaçu	Х			Sete	L: Comercialização/beneficiamento e conservação do produto.	
6- Pimenta-do-reino		х		Sete	L: custo da estaca. C: muda boa (estacas de variedades produtivas)/tecnologia.	
7. Psicultura		Х		Oito	P: construção de barragens, disponibilidade hídrica. L: alto custo da ração. C: tecnologia de produção.	
8. Café		Х		Sete	P: recuperação de cafezais existentes. C: melhoria da qualidade.	
9. Avicultura		Х		Todos	Alimentação da família e venda de excedente com base no cultivo de milho	
10. Açai, pupunha			Х		Mercado	
11. Horticultura			Х	Três	Distancia do mercado /transporte/ estrada/tecnologia.	
12. Urucum			Х	Três	Não tem mercado.	

^{*} Importância: A = Alta, M = média, B = baixa.
** Dentre os participantes no trabalho de grupo no Seminário II.

Quadro 2. Programas e projetos por linha de ação e prioridade estabelecida pelos assentados.

Programa I - Programa Ambiental							
Linha de Ação: 1.1. Conservação e uso racional da biodiversidade							
Título do projeto	Prioridade						
1.1.1. Educação ambiental para a difusão e avaliação de práticas de conservação e recuperação de solos.	Alta						
 1.1.2. Projeto de Manejo florestal comunitário (recursos madeiráveis e não madeiráveis/enriquecimento florestal) 							
1.3. Conservação e uso racional das matas ciliares no Assentamento Nilson Campos							
.1.4. Práticas para conservação do solo com plantio de cultivos agrícolas							
Programa II - Melhoria Tecnológica do Sistema Produtivo							
Linha de Ação: 2.1. Tecnologias para o sistema agrícola							
Título do projeto	Prioridade						
2.1.1. Aprimoramento da produção de grãos para fins de consumo e comercialização	Alta						
2.1.2. Produção de mandioca para industrialização							
2.1.3. Aumento da produtividade e melhoria da qualidade do café							
2.1.4. Sistemas alternativos de produção com cultivos perenes	Média						
Linha de Ação: 2.2. Tecnologias para o sistema de criação							
2.2.1. Aumento da produtividade e da melhoria da qualidade do leite	Alta						
Programa III – Fortalecimento da Infra-estrutura Produtiva							
Linha de Ação: 3.1. Promoção de investimentos agroindustriais							
Título do projeto	Prioridade						
3.1.1. Mini-usina para beneficiamento de leite	Alta						
3.1.2. Beneficiamento coletivo de café	Média						
Linha de Ação: 3.2. Desenvolvimento da capacidade produtiva dos assentados							
3.2.1. Capacitação profissional dos produtores	Alta						
3.2.2. Assistência técnica para os assentados	Alta						
Programa IV – Estrutura Social							
Linha de Ação: 4.1. Fortalecimento da infra-estrutura social							
Título do projeto	Prioridade						
1.1.1. Abertura e conservação de estradas vicinais	Alta						
1.1.2. Estruturação de ações de saúde e saneamento							
4.1.3. Viabilização de uma educação de qualidade							
I.1.4. Criação de centros comunitários	Média						
Linha de Ação: 4.2. Sustentabilidade institucional do assentamento							
4.2.1. Gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento - PDSA	Alta						



